

Sumário

1 Introdução	1
1.1 Enquadramento teórico: o Judiciário como legislador e garantidor dos direitos fundamentais: o impacto democrático	7
1.2 Metodologia da pesquisa	11
2 Observação e reconstrução de decisões paradigmáticas do STF	15
2.1 ADPF 132 e ADI 4277: reconhecimento da união homoafetiva como entidade familiar	16
2.2 ADPF 54: aborto de fetos anencéfalos	33
2.3 ADPF 347: estado de coisas inconstitucional	52
2.4 As evidências tiradas dos três acórdãos analisados	73
3 A base dos sistemas político e jurídico na Constituição Federal de 1988	75
3.1 Breve retrospectiva histórico-constitucional	75
3.2 O controle do Judiciário na Constituição Brasileira de 1988	79
4 A função do direito na sociedade complexa	83
4.1 A Constituição como aquisição evolutiva	83
4.2 A criação do Estado de Bem-estar Social no séc. XX: a garantia dos direitos fundamentais.....	91
5 Os direitos fundamentais e os princípios	103
5.1 Ativismo judicial e ações estruturais (ou medidas estruturantes).....	106
5.2 A diferenciação funcional do direito e interação sistêmica	119
5.3 A defesa e o papel dos direitos fundamentais nas sociedades complexas	132
5.4 O lugar dos tribunais dentro do sistema jurídico (de base luhmanniana)	153

6 O impacto democrático do judiciário ativista.....	161
6.1 O que é a democracia.....	161
6.2 A democracia como consequência da diferenciação funcional	174
6.3 O resultado, do ponto de vista de políticas públicas, decorrente das decisões analisadas.....	185
6.3.1 ADPF 132 e ADI 4277: reconhecimento da união homoafetiva como entidade familiar	185
6.3.2 ADPF 54: aborto de fetos anencéfalos.....	188
6.3.3 ADPF 347: Estado de coisas inconstitucional	195
7 Conclusão	203
Referências.....	217

Anexo

Anexo A – Tabela de julgados de casos paradigmáticos do Supremo Tribunal Federal pesquisados	241
---	------------